

O repique da inflação no Brasil. E os salários, o que têm com isso?

Nos últimos meses, o tema da inflação foi objeto de ampla veiculação na mídia nacional. As imagens transmitidas das maquininhas de remarcação de preços nos supermercados reavivaram a triste memória inflacionária do povo brasileiro. Foi dado grande destaque para o recrudescimento da alta dos preços de um conjunto de alimentos básicos de forte impacto nas despesas dos trabalhadores brasileiros, especialmente dos mais pobres. Estas altas encontram explicações no comportamento do mercado internacional, marcado por uma forte instabilidade de preços de produtos de grande importância no comércio entre os países: grãos, metais e petróleo e seus derivados.

A atual aceleração dos preços, causada, principalmente, pela “inflação dos alimentos”, impõe uma perda de poder aquisitivo proporcionalmente maior ao segmento da população de mais baixa renda, devido ao fato de tais produtos essenciais pesarem relativamente mais no consumo das famílias dos trabalhadores. Este efeito sobre o poder de compra dos trabalhadores revela, por si só, a importância do combate à inflação. Isto não se discute. O principal questionamento a ser feito, entretanto, dirige-se ao diagnóstico de alguns segmentos, dentre os quais o Banco Central, sobre as causas da aceleração dos preços.

A opção por restringir o consumo através da contenção de salários e do freio à elevação do emprego apóia-se no diagnóstico de que há um superaquecimento da atividade econômica e o meio mais eficaz para se obter o controle dos preços é, portanto, a retração da demanda interna. Assim, espera-se que o desaquecimento da economia reduza a geração de empregos, o que tende a provocar mais desemprego e dificuldades para as negociações coletivas, em especial no que se refere às conquistas salariais. E tudo isso apregoado em nome do combate a uma inflação importada!

Sabe-se que os sindicatos, através das negociações coletivas, conseguem estabelecer apenas a definição dos valores nominais (em R\$) para os salários dos trabalhadores. Deste modo, encontra-se completamente fora do poder de decisão dos sindicatos e dos trabalhadores a definição dos preços dos bens e serviços ofertados na economia. Além disso, mesmo que ocorram aumentos reais de salários, há a possibilidade de os mesmos serem absorvidos pelas empresas por meio do repasse dos ganhos de produtividade obtidos ao longo de tempo, o que anula os supostos impactos de tais reajustes sobre os custos de produção.

Do ponto de vista dos trabalhadores e do movimento sindical, a terapia de enfrentamento deve, ao contrário, passar por políticas que estimulem a oferta de alimentos. Deixar, estritamente, sob o controle do mercado a regulação de preços dos gêneros alimentícios essenciais mostra-se bastante arriscado para assegurar uma oferta desses produtos condizente com o nível de demanda. Torna-se, portanto, fundamental estabelecer um conjunto de políticas agrícolas que estimulem a oferta e garantam a estabilidade de preços (preços mínimos, estoques reguladores). Em outras palavras, regular publicamente o abastecimento interno desses bens, em nome da segurança alimentar da população, apresenta-se como via alternativa de combate à aceleração da inflação, sem gerar mais sacrifícios aos trabalhadores e sem comprometer as expectativas gerais de retomada do crescimento da economia brasileira com distribuição de renda e de riqueza.

Sobre este tema, "Inflação e as Campanhas Salariais", o DIEESE e as Centrais Sindicais promoveram uma série de debates em todas as capitais do país, no mês de agosto deste ano, e foi elaborada pelo DIEESE a Nota Técnica, nº 73, disponível no site: www.dieese.org.br.